



13/07/2022

Número: **5002271-66.2021.8.13.0148**

Classe: **[CÍVEL] FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES EMPRESÁRIAS, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

Órgão julgador: **1ª Vara Cível da Comarca de Lagoa Santa**

Última distribuição : **16/06/2021**

Valor da causa: **R\$ 10.000,00**

Assuntos: **Autofalência**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
MOBRAN INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES DE MOVEIS LTDA (AUTOR)	
	ANA CRISTINA LANA PINTO (ADVOGADO)
MOBRAN INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES DE MOVEIS LTDA (RÉU/RÉ)	
	TACIANI ACERBI CAMPAGNARO COLNAGO CABRAL (ADVOGADO)

Outros participantes	
TACIANI ACERBI CAMPAGNARO COLNAGO CABRAL (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)	
Ministério Público - MPMG (FISCAL DA LEI)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
4070033071	16/06/2021 15:09	INICIAL FALENCIA	PETIÇÃO INICIAL

EXMO. SR. DR. JUIZ DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA DA LAGOA SANTA/MG

JUSTIÇA GRATUITA

MOBRAN INDUSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE MÓVEIS LTDA, CNPJ 03.705.186/0001-72, com endereço na Rua Paulo Ferreira da Costa, nº 555, Galpão “A”, Bairro Vista Alegre, Lagoa Santa/MG, representada neste ato por **MARCELO ANÍBAL FERREIRA GONÇAVES BRANCO**, vem por sua procuradora (Doc., 01), com fulcro nos arts. 99, 105 e seguintes e 197, da Lei nº 11.101/05, requerer que V. Exa. se digne decretar a FALÊNCIA da referida empresa, cujas causas, bem como o estado atual dos negócios, passa a expor.

1 - PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

Prima facie, cumpre esclarecer que a requerente se encontra com suas atividades paralisadas desde o fim do ano de 2015(Vide docs. 32 a 37), com inúmeros débitos inadimplidos (vide item 4), somando-se a isso, a Justiça do Trabalho mantém bloqueio de todos ativos da Requerente, tornando-se, assim, impossível o pagamento de quaisquer despesas processuais. Razão pela qual requer a concessão dos benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, com fins no art. 5º, LXXIV, da CF/88 e da Lei nº 1.060/50.

É pacífico o entendimento de que as pessoas jurídicas também fazem jus à gratuidade de justiça quando comprovado.

Processo: Apelação Cível 1.0024.12.059207-6/001 0592076-57.2012.8.13.0024

Relator(a): Des.(a) Marcos Henrique Caldeira Brant

Data de Julgamento: 18/10/0017

Data da publicação da súmula: 27/10/2017

EMENTA: AÇÃO DE COBRANÇA C/C INDENIZAÇÃO - CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL - PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA REJEITADA - JUSTIÇA GRATUITA PESSOA JURÍDICA - POSSIBILIDADE - DEMONSTRAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA DA EMPRESA - ATRASO NO ADIMPLEMENTO DA COMISSÃO DEVIDA - ACEITAÇÃO TÁCITA DO PAGAMENTO EM DATA DIVERSA - VENDA DE PRODUTOS SIMILARES AOS COMERCIALIZADOS PELA REPRESENTADA - COMPROVAÇÃO - RESCISÃO POR JUSTA CAUSA MOTIVADA PELA AUTORA - INDENIZAÇÃO INDEVIDA.

Rua José Alves dos Reis, 90, Loja 01 – São Bernardo
Belo Horizonte/MG - 31.741-323
Tel:(31) 9 8797-1973 - Email: lana.adv2015@gmail.com



Assim, a imposição do pagamento das custas para a continuidade do processo lhe impossibilitará a continuidade na lide, cerceando-lhe o direito de ação.

Neste sentido, entendimento jurisprudencial:

Processo: Agravo de Instrumento-Cv 1.0000.19.074895-4/002 0553451-45.2020.8.13.0000 (1)

Relator(a): Des.(a) Márcio Idalmo Santos Miranda

Data de Julgamento: 12/08/2020

Data da publicação da súmula: 17/08/2020

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - GRATUIDADE JUDICIÁRIA - PESSOA JURÍDICA - POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO, MEDIANTE COMPROVAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS - BALANCETE ECONÔMICO INDICATIVO DE ELEVADO DÉFICIT NAS CONTAS DA EMPRESA REQUERENTE DA BENESSE - CARÊNCIA ECONÔMICA E FINANCEIRA - DEMONSTRAÇÃO - RECURSO PROVIDO - GRATUIDADE JUDICIÁRIA CONCEDIDA.

- Não basta simples requerimento de gratuidade judiciária, mesmo acompanhado de declaração de pobreza, para que o litigante a obtenha, podendo o julgador, mediante exame das condições do requerente e das circunstâncias do caso, deferi-la ou não.

- É possível a concessão do benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica, se comprovada nos autos sua insuficiência de recursos financeiros para arcar com as custas e despesas processuais.

- Demonstrado que o pagamento das custas e despesas processuais poderá prejudicar a manutenção de pessoa jurídica, notadamente das atividades filantrópicas de entidade assistencial de saúde, é devida a concessão dos benefícios da gratuidade judiciária.

O colendo Superior Tribunal de Justiça decidiu:

"RESP - PROCESSUAL CIVIL - PESSOA JURÍDICA - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. O acesso ao judiciário é amplo voltado também para pessoas jurídicas. Tem, como pressuposto a carência econômica, de modo a impedi-los de arcar com as custas e despesas processuais. Esse acesso deve ser recepcionado com liberalidade. Caso contrário, não será possível o próprio acesso, constitucionalmente garantido.

O benefício não é restrito às entidades pias, ou sem interesse de lucro. O que conta é a situação econômica - financeira no momento de postular em juízo (como autora ou ré)" (REsp. n. 127.330/97-RJ, publicado em 1º.9.97, DJU p. 40.908, - JUIS - Jurisprudência Informatizada Saraiva). (g.n.)

Portanto plenamente possível e necessário a concessão dos benefícios da gratuidade de justiça à pessoa jurídica, pelo que se requer.

2 - DA POSSIBILIDADE DO PEDIDO DE FALÊNCIA REQUERIDA PELO PRÓPRIO DEVEDOR/AUTOFALÊNCIA

As sociedades empresariais submetem-se à autofalência nos termos do artigo 105, da Lei 11.101/05, abaixo transcrito:

Art. 105. O devedor em crise econômico-financeira que julgue não atender aos requisitos para pleitear sua recuperação judicial deverá requerer ao juízo sua falência,



expondo as razões da impossibilidade de prosseguimento da atividade empresarial, acompanhadas dos seguintes documentos: [...]

Portanto há dois requisitos que a sociedade empresarial deve cumprir para o pedido de autofalência, um é a crise econômica pela qual passa e o segundo, não atender aos requisitos para o pedido de recuperação judicial.

No presente caso a Requerente demonstrará que está completamente paralisada em suas atividades. O que impede o preenchimento dos requisitos da recuperação judicial.

3 - DAS INFORMAÇÕES E DADOS DA SOCIEDADE

A sociedade empresária, ora Requerente, foi constituída em 20 de março de 2.000, sob a denominação de “MOBRAN INDUSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE MÓVEIS LTDA”, sendo registrada no CNPJ nº 03.705.186/0001-72. (Doc., 03 a Doc., 11 Alterações contratuais)

Seu quadro societário desde 2008 é composto pelos seguintes sócios:

1 - Marcelo Aníbal Ferreira Gonçalves Branco, sócio administrador com 50% das cotas sociais, correspondentes a R\$ 250.000,00 do capital social.

2 - Ana Beatriz Ferreira Gonçalves Branco, sócia sem poderes de administração, com 50% das cotas sociais, correspondentes a R\$ 250.000,00 do capital social.

Em cumprimento ao disposto no artigo 105, VI informa que o administrador nos últimos cinco anos foi o sócio:

* Marcelo Aníbal Ferreira Gonçalves Branco, com endereço na Rua Calábria, 700, Bairro Bandeirantes, Belo Horizonte.

Art. 105. VI – relação de seus administradores nos últimos 5 (cinco) anos, com os respectivos endereços, suas funções e participação societária.

Tudo conforme a 10ª alteração contratual consolidada, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG sob nº. 4075391, protocolo 09/063.511-6 em 16/01/2009 (Doc., 12 Alteração Contratual).

O objetivo social da sociedade é a fabricação e comercialização de móveis em geral, revenda, exportação de seus produtos, importação de artigos correlatos à fabricação de móveis prestação de serviços e conserto de móveis, conforme seu contrato social.

A sede da sociedade era Rua Paulo Ferreira da Costa, nº 555, Galpão “A”, Bairro Vista Alegre, Lagoa Santa/MG, conforme cartão CNPJ acostado à presente, estando hoje em inatividade.

A Requerente não tem filiais ou empresas coligadas.

4 - DAS RAZÕES DA IMPOSSIBILIDADE DO PROSSEGUIMENTO DAS ATIVIDADES

A sociedade empresarial Requerente foi constituída para explorar a atividade de fabricação de móveis de escritório em razão da quebra a sociedade empresarial MADEIRENSE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO, que pertencia ao pai dos atuais sócios da Requerente.

Com a inviabilidade das atividades da MADEIRENSE, ficaria uma lacuna grande no mercado moveleiro de escritório, pois esta estava entre as três maiores fabricas de móveis para escritórios no Brasil.

Para dar seguimento ao negócio da família, foi criada a ora Requerente.

A Requerente tinha uma posição muito confortável no mercado, pois era autorizada a utilizar a marca MADEIRENSE, o que lhe garantiu desde o início uma fatia significativa do mercado.

Em 2014, com a crise financeira do país a Requerente ficou com dificuldades financeiras, mas estava conseguindo tocar o negócio.



Entretanto, após um entendimento completamente equivocado da Justiça do Trabalho que declarou a existência de grupo econômico entre a Requerente, a MADEIRENSE e OFFICE BRASIL, a Requerente foi considerada devedora de todos os créditos trabalhistas da OFFICE BRASIL. (Doc., 13 decisão Justiça Trabalho)

Todos os créditos e contas bancárias da Requerente foram bloqueadas, o que causou a inviabilidade das atividades econômicas da Requerente, obrigando-a a fechar as portas porque todos os créditos relativamente às vendas que realizava eram bloqueados.

Cumpre tecer algumas linhas para explicar o entendimento da Justiça do Trabalho.

A sociedade MADEIRENSE foi criada pelo patriarca Aníbal Branco. O negócio começou a crescer como uma empresa familiar, tendo como controlador o Sr. Aníbal e seus três filhos que trabalhavam na sociedade.

Em seguida foi criada a sociedade OFFICE BRASIL, para produzir suprimentos moveleiros para a MADEIRENSE.

Após o falecimento do patriarca, houve desentendimento dos filhos e as empresas foram divididas. Ficando a Madeirense com o filho, Alexandre Herculano e a OFFICE BRASIL com os filhos Autem e Sérgio.

Insta salientar, que o Sr. Aníbal criou uma sociedade para gerir seu patrimônio pessoal, a ABRAPAR-ANÍBAL BRANCO PARTICIPAÇÕES. Ficando os três irmãos sócio, por herança, desta empresa. Sendo esta empresa o fundamento para a declaração de grupo econômico na Justiça do Trabalho. Entretanto, os irmãos ficaram inimigos por vários anos e as empresas permaneceram completamente cindidas.

Após mais de 15 anos da cisão das empresas, a OFFICE BRASIL entrou em grandes dificuldades financeiras por conta de uma sociedade malfeita com uma empresa de São Paulo.

A justiça do Trabalho entendendo que o ramo de atividades era a mesma, os sócios da MADEIRENSE eram irmãos dos sócios da OFFICE BRASIL e elas no passado foram unidas e os três irmãos eram sócios da ABRAPAR, declarou a existência de grupo econômico.

Por consequência, como os sócios da requerente eram filhos do sócio principal da MADEIRENSE, a Justiça do Trabalho entendeu que tudo se tratava de um grupo familiar e, portanto, todos responderiam pelos créditos trabalhistas uns dos outros.



Neste contexto, a Requerente quebrou em razão da decisão da Justiça do Trabalho. E quebrou por dívidas que não eram suas.

Infelizmente em 2015 foi obrigada a fechar as portas e encerrar suas atividades. Não existindo condições de sequer tentar uma recuperação judicial, pois as dívidas trabalhistas herdadas superam os R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais).

Entretanto há de se ressaltar que a declaração de existência de grupo econômico somente houve em um único processo trabalhista, nº 0001332-66.2014.503.0013, onde o crédito exequendo não é superior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Contudo na Justiça do Trabalho, basta que em apenas um processo seja declarada a existência de grupo econômico para que seja criado o chamado “processo piloto” e todos os outros que tramitem em face das partes do processo em que houve a declaração ali se vinculem.

Tal afirmação é possível de ser verificada comparando a certidão de feitos trabalhistas (Doc., 14 certidão feitos Trabalhistas) com a relação de processo vinculados ao processo nº 0001332-66.2014.503.0013, e da decisão junta como Doc., 13.

5 - DOS CREDITORES

Os credores da Requerente são listados abaixo e em planilha anexa, conforme a ordem de sua classificação;

5.1 Créditos de origem trabalhistas limitados a 150 a (cento e cinquenta) salários-mínimos vigente à data da distribuição da ação de autofalência, totalizando o valor de R\$ 6.512.142,18 (Seis milhões quinhentos e doze mil cento e quarenta e dois reais e dezoito centavos) (Doc., 15 relação de débitos trabalhistas herdados):

CREDOR(ES)	Processo nº CNJ	Valor
ADALGISA DE PAIVA LEMOS	0088000-11.2007.5.03.0005	R\$ 6.712,75
ADELSON RAMOS RODRIGUES	0000117-33.2015.5.03.0009	R\$ 165.000,00
ADENILSON ALVES PEIXOTO	0001987-81.2013.5.03.0107	R\$ 21.841,37
ALDIVIO RODRIGUES PEREIRA	0000084-31.2015.5.03.0013	R\$ 109.790,42
ALONSO DA SILVA BRANDAO	0000134- 24.2015.5.03.0024	R\$ 165.000,00
ANGELO EUGENIO DE M. OLIVEIRA	0000090-32.2015.5.03.0112	R\$ 139.736,44
ANSELMO RAFFAELLIPILHO	001992-31.2012.5.03.0013	R\$ 134.861,87
ANTONIO FELIX DOS SANTOS J.	000418-87.2014.5.03.0017	R\$ 6.243,06



ARIVELTON PIMENTA NUNES	0002227-02.2014.5.03.0183	R\$ 75.043,27
ARMANDO FERNANDES DA SILVA	0098000-46.2002.5.03.0005	R\$ 13.839,87
BRUNO SOUZA MATOS	0002133-48.2014.5.03.0185	R\$ 7.046,57
CAMILA CRISTINA GOMES MANSUR	0000843- 29.2014.5.03.0110	R\$ 32.527,54
CHARLES LUIZ NICACIO	0000112-18.2015.5.03.0136	R\$ 165.000,00
CLAUDETE RAIMUNDA PAULO	0000902-39.2013.5.03.0114	R\$ 5.446,66
CLAYSSON JUNIO BRANDAO DA COSTA	0001381-98.2014.5.03.0113	R\$ 15.854,08
CRISTIANA OLIVEIRA LIMA FERRAZ	0011173-12.2016.5.03.0144	R\$ 48.972,31
CRISTIANE MARGARETH RIBEIRO DIAS	0011078-79.2016.5.03.0144	R\$ 82.500,00
CRISTIANO MONTEIRO DE OLIVEIRA	0001708-52.2014.5.03.0110	R\$165.000,00
CYNTHIA ALVES BARRETO	0010586-31.2018.5.03.0140	R\$ 137.839,40
DIONEI WAN DER MAAS / OSWALDO DA LUZ SOARES	0010848-37.2016.5.03.0144	R\$ 50.801,17
EDER GLEISON DA SILVA	0001015-80.2014.5.03.0106	R\$ 15.199,88
EDILAMAR TEIXEIRA REIS	0000395-63.2014.5.03.0140	R\$ 23.785,00
EDISON MONTEIRO DE OLIVEIRA	0158600-71.2009.5.03.0107	R\$ 1.872,22
EDMAR FERREIRA CUPERTINO / MOACIR DIAS DA SILVA	0010735-83.2016.5.03.0144	R\$ 60.398,75
EDUARDO EXPEDITO DE O. SANTOS	0001405-11.2014.5.03.0022	R\$ 13.157,36
EDUARDO FRANÇA PEREIRA	0010474-55.2015.5.03.0144	R\$ 56.065,50
ELIANE CÂNDIDO DA SILVA	000090 - 26.2015.5.03.0017	R\$ 50.554,65
ELIANE CANDIDO DA SILVA	0000090-26.2015.5.03.0017	R\$ 63.407,07
ELVIS DA SILVA FERREIRA	0011528-29.2017.5.03.0001	R\$ 110.158,16
FABIO AGUIAR DA SILVA	0000087-61.2015.5.03.0182	R\$ 127.866,42
FLAVIANO DA SILVA VITORIO	0000434-95.2015.5.03.0020	R\$ 64.017,47
FLAVIONEI DA SILVA VITÓRIO	000138-21.2015.5.03.0005	R\$ 158.803,83
FRANCISCO FERREIRA SALES	0010551-78.2015.5.03.0010	R\$ 165.000,00
GALBERT MICHEL MARTINS BATISTA / EDMAR DOS SANTOS COSTA / EDUARDO MARTINS	0010545-23.2016.5.03.0144	R\$ 98.873,55
ALMEIDA	0000081-76.2015.5.03.0110	R\$ 96.235,95
GENESIO DA SILVA SOARES	0000611-04.2014.5.03.0179	R\$ 36.178,30
GILMAR COSTA MOREIRA	0000611-04.2014.5.03.0179	R\$ 36.178,30
GILMAR MENDONÇA DE REZENDE / ANEMILDO PIMENTA NUNES / FAGNER BICALHO DE	0010532-24.2016.5.03.0144	R\$ 85.056,24
ARAUJO	0000262-02.2014.5.03.0017	R\$ 6.096,52
GILVANDA HERCULANO RAMOS	0002174-55.2014.5.03.0010	R\$ 15.419,96
HUMBERTO LUIS JORGE DA SILVA	0000135-30.2015.5.03.0017	R\$ 165.000,00
IRLANI GONCALVES FERREIRA	0001009-58.2014.5.03.0111	R\$ 22.773,76
JACI PEREIRA DA SILVA	0001193-14.2014.5.03.0111	R\$ 9.731,75
JOAO LUIZ SILVA SOUTO	0001332-66.2014.5.03.0013	R\$ 17.588,78
JOICE ADRIANA PEREIRA MOURAO	0001558-40.2014.5.03.0185	R\$ 358.365,49
JOSE ANTONIO DA SILVA	0000197-91.2015.5.03.0010	R\$ 165.000,00
JOSÉ EDINILTON DE PAULA MOREIRA / JUSCELINO SILVA DE JESUS	0010293-20.2016.5.03.0144	R\$ 17.630,57
JOSE JUNIOR COELHO DE OLIVEIRA	0001695-17.2014.5.03.0025	R\$ 5.224,57
JOSE JUSCELINO DE LIMA FILHO	0011176-64.2016.5.03.0144	R\$ 24.486,41
KARINE DE OLIVEIRA COSTA PEREIRA / ARIVALDO DIAS DO VALE / ALEXANDRE	0010932-97.2016.5.03.0092	R\$ 90.278,49
APARECIDO VIANA / ELCIO JOSÉ FERREIRA MANDU / VARLEY LOURENÇO DA SILVA	0000144-19.2015.5.03.0105	R\$ 165.000,00



LEONARDO AUGUSTO MEDEIROS DE SALLES LOPES

	0010674-62.2015.5.03.0144	R\$ 99.926,94
LUCAS VIERNEY FERREIRA ALVES /	JOSÉ ESTEVÃO FERNANDES /	RAFAEL
FERNANDO DO CARMO	0011114-24.2016.5.03.0144	R\$ 48.160,00
LUCIANO FELIPE DO NASCIMENTO	0000109-44.2015.5.03.0013	R\$ 112.314,98
LUCIANO GONCALVES VIEIRA	0010234-75.2018.5.03.0010	R\$ 90.549,77
LÚCIO ANTONIO TEIXEIRA	000307-36-2014- 5-03-0184	R\$ 10.698,76
LUIS CARLOS FERNANDES COMPARONI	0000132-96.2015.5.03.0010	R\$ 165.000,00
LUIZ CLAUDIO DE SOUZA /	LAERCIO ANTONIO DE OLIVEIRA	
	0011162-46.2017.5.03.0144	R\$ 107.888,98
MARCELO RODRIGUES BRANDAO	0001602-78.2014.5.03.0017	R\$ 6.328,39
MAURICIO JOSE RAMOS	0000475-04.2015.5.03.0007	R\$ 53.089,65
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	0000230-88.2015.5.03.0137	R\$ 41.124,83
REMERSON DA SILVA FERREIRA	0001994-16.2012.5.03.0105	R\$ 15.226,06

RICARDO VERISSIMO DE SOUZA /	MOZART SANTOS ANDRADA /	EDIMAR DA COSTA
MOREIRA / SERGIO PAULO DA SILVA	0011075-27.2016.5.03.0144	R\$ 80.692,11
ROBERTO CARLOS FERNANDES ALMEIDA	0002027-50. 2014.5.03. 0003	R\$ 11.106,45
ROBSON ALMEIDA ROCHA	0002178-47.2014.5.03.0 025	R\$ 20.701,86
ROBSON GERALDO DE SOUZAMELO	0010216-66.2017.5.03.0179	R\$ 93.441,67
RODRIGO VASCONCELOS DOS REIS	0000236-88.2015.5.03.0107	R\$ 31.587,72
ROMULO TEIXEIRA SOUZA	0000124-07.2015.5.03.0015	R\$ 165.000,00
ROSIMAR BATISTA ALMEIDA NASCIMENTO	0001379-61.2014.5.03.0006	R\$ 6.116,46
SEBASTIAO SOARES MAIA	0010521-10.2015.5.03.0021	R\$ 165.000,00
SEBASTIAO SOARES MAIA	0011087-56.2015.5.03.0021	R\$ 72.638,89
SINDICATO DOS OFICIAIS MARCENEIROS DE BELO HORIZONTE E REGIAO	001814-25.2011.5.03.0108	R\$ 17.693,66
ULI APARECIDA MARTINS DE OLIVEIRA	0001284-10.2014.5.03.0110	R\$ 4.901,22
WILIAM MARQUES PERDIGAO	0002168-95.2012.5.03.0017	R\$ 1.045,86
VALDINEI AMINCIO DE PAULA	0000109-80.2015.5.03.0001	R\$ 131.837,36
VALTER ARANDA DOS SANTOS	0001138-57.2014.5.03.113	R\$ 41.468,68
VICENTE DE PAULA SUPERBI	0000217-70.2010.5.03.0006	R\$ 1.092,07
WANDA RAMOS DE ARAUJO	0002372-67.2014.5.03.0180	R\$ 4.513,96
WANDER SAVIO DE OLIVEIRA ALEIXO	0000111 -23.2015.5.03.0107	R\$ 74.562,50
WELBERTE PEIRBIRA DA SILVA	002175-92.2014.5.03.0025	R\$ 41.108,61
WESLEY ARAUJO FERREIRA	0001383-68.2014.5.03.0016	R\$ 11.133,37
WEVERTON PEREIRA DA SILVA	0002147-81.2014.5.03.0007	R\$ 56.632,83
UNIÃO FEDERAL (PGP)	0114600-62.2004.5.03.0106	R\$ 6.919,92
UNIÃO FEDERAL (PGFN)	000697-69. 2012.5.03. 0138	R\$ 55.753,98
UNIÃO FEDERAL (PGFN)	0011244-34.2020.5.03.0092	R\$ 165.000,00
UNIÃO FEDERAL (PGFN)	0011505-42.2017.5.03.0144	R\$ 122.213,99
UNIÃO FEDERAL (PGPN)	0126500-45.2009.5.03.0016	R\$ 64.355,38
UNIÃO FEDERAL (PGFN)	0002336-72.2013.5.03.0014	R\$ 59.189,48
UNIÃO FEDERAL (PGFN)	0000041-04.2015.5.03.0140	R\$ 43.629,03
UNIÃO FEDERAL (PGFN)	0010905-33.2016.5.03.0022	R\$ 77.517,68
UNIÃO FEDERAL (PGFN)	0010891-64.2016.5.03.0017	R\$ 27.173,61
UNIÃO FEDERAL (PGFN)	0010301-18.2018.5.03.0179	R\$ 51.594,05
UNIÃO FEDERAL (PGFN)	0000997-35.2014.5.03.0017	R\$ 102.353,10
UNIÃO FEDERAL (PGFN)	0001042-45.2014.5.03.0112	R\$ 79.396,59

É importante ressaltar que na maioria dos processos trabalhistas NÃO HÁ SENTENÇA INCLUINDO A REQUERENTE COMO DEVEDORA. Foi feito o procedimento de reunião de execuções trabalhistas onde todos se habilitaram em um processo piloto. Não há previsão legal para essa chamada “reunião de processos de execução”.

5.2 Créditos tributários totalizando o valor de R\$ 101.871.477,05 (Cento e um milhões oitocentos setenta e um mil quatrocentos reais e cinco centavos) (Doc., 16 certidão da Receita Federal, Doc., 17 Certidão Receita Estadual, Doc., certidão feitos ajuizados Lagoa Santa, Doc., 18 Certidão feitos ajuizados Belo Horizonte):

União Federal	0054827-48.2012.8.13.0148	R\$ 869.330,18
União Federal	0025593-84.2013.8.13.0148	R\$ 1.011.983,74
União Federal	0025601-61.2013.8.13.0148	R\$ 601.844,33
União Federal	0025635-36.2013.8.13.0148	R\$ 567.995,63
União Federal	0025700-31.2013.8.13.0148	R\$ 2.460.960,44
União Federal	0060343-15.2013.8.13.0148	R\$ 334.351,31
União Federal	0035533-39.2014.8.13.0148	R\$ 1.341.283,14
União Federal	0044394-14.2014.8.13.0148	R\$ 257.144,54
União Federal	0032805-59.2013.8.13.0148	R\$ 892.519,85
União Federal	0065779-18.2014.8.13.0148	R\$ 330.765,23
União Federal Débitos inscritos dívida ativa		R\$36.143.709,37
ESTADO DE MINAS GERAIS Débitos constante certidão		R\$ 31.069.033,41
ESTADO DE MINAS GERAIS	0056713-48.2013.8.13.0148	R\$ 97.013,84
ESTADO DE MINAS GERAIS	0022869-15.2010.8.13.0148	R\$ 3.379.119,06
ESTADO DE MINAS GERAIS	0024030-60.2010.8.13.0148	R\$ 362.043,51
ESTADO DE MINAS GERAIS	0032660-08.2010.8.13.0148	R\$ 510.038,91
ESTADO DE MINAS GERAIS	0036347-56.2011.8.13.0148	R\$ 1.431.480,14
ESTADO DE MINAS GERAIS	0040398-13.2011.8.13.0148	R\$ 1.993.883,90
ESTADO DE MINAS GERAIS	0050058-31.2011.8.13.0148	R\$ 294.404,44
ESTADO DE MINAS GERAIS	0060891-11.2011.8.13.0148	R\$ 1.221.692,09
ESTADO DE MINAS GERAIS	0068274-40.2011.8.13.0148	R\$ 112.904,68
ESTADO DE MINAS GERAIS	0069488-66.2011.8.13.0148	R\$ 200.631,22
ESTADO DE MINAS GERAIS	0069520-71.2011.8.13.0148	R\$ 746.019,86
ESTADO DE MINAS GERAIS	0005431-05.2012.8.13.0148	R\$ 521.934,30
ESTADO DE MINAS GERAIS	0023327-61.2012.8.13.0148	R\$ 194.185,37
ESTADO DE MINAS GERAIS	0038069-91.2012.8.13.0148	R\$ 7.426.553,50
ESTADO DE MINAS GERAIS	0067225-27.2012.8.13.0148	R\$ 703.692,81
ESTADO DE MINAS GERAIS	0069718-74.2012.8.13.0148	R\$ 2.740.516,96
ESTADO DE MINAS GERAIS	0071326-10.2012.8.13.0148	R\$ 324.587,28
ESTADO DE MINAS GERAIS	0005413-47.2013.8.13.0148	R\$ 705.958,85
ESTADO DE MINAS GERAIS	0007286-82.2013.8.13.0148	R\$ 347.105,43
ESTADO DE MINAS GERAIS	0029355-11.2013.8.13.0148	R\$ 420.628,26
ESTADO DE MINAS GERAIS	0044347-74.2013.8.13.0148	R\$ 42.750,38
ESTADO DE MINAS GERAIS	0088518-19.2013.8.13.0148	R\$ 117.881,63
ESTADO DE MINAS GERAIS	0028850-83.2014.8.13.0148	R\$ 31.603,27
ESTADO DE MINAS GERAIS	0036234-97.2014.8.13.0148	R\$ 106.841,87
ESTADO DE MINAS GERAIS	0044311-95.2014.8.13.0148	R\$ 661.420,68
ESTADO DE MINAS GERAIS	0062222-23.2014.8.13.0148	R\$ 77.933,07



ESTADO DE MINAS GERAIS	0020493-17.2014.8.13.0148	R\$ 124.123,82
ESTADO DE MINAS GERAIS	0068153-07.2014.8.13.0148	R\$ 38.250,32
ESTADO DE MINAS GERAIS	0020150-26.2011.8.13.0148	R\$ 481.389,65
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	0049457-83.2015.8.13.0148	R\$ 41.228,20
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	0032097-04.2016.8.13.0148	R\$ 38.264,13
MUNICIPIO DE LAGOA SANTA	5003578-26.2019.8.13.0148	R\$ 10.783,06
MUNICIPIO DE LAGOA SANTA	5003963-71.2019.8.13.0148	R\$ 186.913,21
MUNICIPIO DE LAGOA SANTA	0080726-43.2015.8.13.0148	R\$ 17.968,06
MUNICIPIO DE LAGOA SANTA	0086491-92.2015.8.13.0148	R\$ 119.680,66
MUNICIPIO DE LAGOA SANTA	0086517-90.2015.8.13.0148	R\$ 92.302,49
UNIÃO FEDERAL (PGFN)	0011244-34.2020.5.03.0092	R\$ 66.826,97 *

* Crédito excedente ao limite de 150 salários-mínimos oriundos da legislação trabalhista.

5.3 Créditos quirografários totalizando o valor de R\$ 6.230.039,41 (Seis milhões duzentos e trinta mil e trinta e nove reais e quarenta e um centavos). Estando incluídos nesta classe de crédito, os créditos oriundos da legislação trabalhistas que excederam 150 salários-mínimos.

CREDOR(ES)	Processo nº CNJ	Origem	Valor
ADELSON RAMOS RODRIGUES	0000117-33.2015.5.03.0009	Trabalhista excedente	R\$ 373.339,68
ALONSO DA SILVA BRANDAO	0000134-24.2015.5.03.0024	Trabalhista excedente	R\$ 32.000,42
CHARLES LUIZ NICACIO	0000112-18.2015.5.03.0136	Trabalhista excedente	R\$ 671.411,98
CRISTIANO MONTEIRO OLIVEIRA	0001708-52.2014.5.03.0110	Trabalhista excedente	R\$ 23.142,13
FRANCISCO FERREIRA SALES	0010551-78.2015.5.03.0010	Trabalhista excedente	R\$ 153.294,87
IRLANI GONCALVES FERREIRA	0000135-30.2015.5.03.0017	Trabalhista excedente	R\$ 273.314,79
JOICE ADRIANA PEREIRA MOURAO	0001558-40.2014.5.03.0185	Trabalhista excedente	R\$ 193.365,49
JOSE ANTONIO DA SILVA	0000197-91.2015.5.03.0010	Trabalhista excedente	R\$ 7.572,12
KLYTIA SILVA RODRIGUES ARAUJO	0000144-19.2015.5.03.0105	Trabalhista excedente	R\$ 100.798,48
LUIS CARLOS F. COMPARONI	0000132-96.2015.5.03.0010	Trabalhista excedente	R\$ 105.328,78
ROMULO TEIXEIRA SOUZA	0000124-07.2015.5.03.0015	Trabalhista excedente	R\$ 38.939,12
SEBASTIAO SOARES MAIA	0010521-10.2015.5.03.0021	Trabalhista excedente	R\$ 121.544,09
ALEXANDRE RAMOS DE ALMEIDA	0051451-15.2016.8.13.0148	Monitória	R\$ 145.637,95
ALICE ALMEIDA MESQUITA BRAGA	1883845-14.2013.8.13.0024	Cumprimento de sentença	R\$ 46.615,33
CARMAGNOLA PARTICIPACOES S/A	0610886-80.2012.8.13.0024	Exec. de Título Extrajudicial	R\$1.376.727,65
CARMAGNOLA PARTICIPACOES S/A	3281578-21.2012.8.13.0024	Exec. de Título Extrajudicial	R\$ 479.165,65
ESTAVEL A. & CONTABILIDADE LTDA	00006648-78.2015.8.13.0148	Cumprimento de sentença	R\$ 129.479,74
EXCELSIOR C. E R. ENTÃOES LTDA	3222529-78.2014.8.13.0024	Exec. de Título Extrajudicial	R\$ 74.784,72
FERRAÇO IND. E COMÉRCIO LTDA	0950005-43.2010.8.13.0024	Exec. de Título Extrajudicial	R\$ 16.112,57
NANITUR TURISMO LTDA - ME	5143771-80.2016.8.13.0024	Cumprimento de sentença	R\$ 144.941,74
PATRICK JULIANO C. TRINDADE	5005831-68.2019.8.13.0024	Cumprimento de sentença	R\$1.600.000,00
RENI VALÉRIO DE SOUZA - ME	0006744-98.2012.8.13.0148	Cumprimento de sentença	R\$ 16.137,37
TOP CESTAS DE ALIMENTOS LTDA	0038463-64.2013.8.13.0148	Monitória	R\$ 39.557,77
DIMAS M P SIST PTO E ACESSO LT		Protesto	R\$ 173,95
DIMAS M P SIST PTO E ACESSO LT		Protesto	R\$ 173,95
DIMAS M P SIST PTO E ACESSO LT		Protesto	R\$ 173,95
IBAMAINSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIEN		Protesto	R\$ 2.102,96

5.4 Ações em curso e cumprimento provisório de sentença. Valor total R\$ 11.836.279,66 (Onze milhões oitocentos e trinta e seis mil duzentos e setenta e nove reais e seis centavos)



CREDOR(ES)	Processo nº CNJ	Origem	Valor
ANTONIO AURELIANO R.OLIVEIRA	5058726-35.2021.8.13.0024	CUMP. PROV.SENTENÇA	R\$ 11.734.100,08
CLISSIA PENA ALVES CARVALHO	5023908-96.2017.8.13.0024	PROC. COMUM CÍVEL	R\$ 102.179,58

6. BENS E DIREITOS

A sociedade possui uma conta bancária com bloqueio constante da Justiça do Trabalho, Banco Bradesco Agência: 3484 Conta: 0000950-4. Assim que for nomeado o síndico a Requerida informará a ele os dados para que tenha pleno acesso à conta bancária.

Não possui créditos a seu favor em razão de os créditos que existiam terem sidos penhorados pela Justiça do Trabalho. Todas as máquinas e equipamentos foram sucateados pelo tempo e depredação em razão do abandono do imóvel por muito tempo.

O único ativo em nome da sociedade Requerente são os imóveis que compõem o galpão que lhe servia de sede, composto pelos seguintes imóveis (Doc., 18 a Doc., 29 Certidões de matrículas).

Lote 01 (hum), 02 (dois), 03 (três), 04 (quatro), 06 (Seis), 07 (sete), 08 (oito), 09 (nove), 10 (dez), 11 (onze), da quadra 24 (vinte e quatro) do Bairro Vista Alegre no município de Lagoa Santa, com área e confrontações conforme planta registrada e tudo conforme a matrícula nº 17,136, matrícula nº17.135 e matrícula nº17.134 do Cartório de Registro de Imóveis de Lagoa Santa; Lote 01 (hum), 02 (dois), 03 (três), 04 (quatro), 05 (cinco), 06 (Seis), 07 (sete), 08 (oito), 09 (nove), 10 (dez), 11 (onze), 12 (doze), 13 (treze), 14 (quatorze), 15 (quinze), 16 (dezesseis), 17 (dezessete), 19 (dezenove), 20 (vinte) da quadra 25 (vinte e cinco) do Bairro Vista Alegre no município de Lagoa Santa, com área e confrontações conforme planta registrada e tudo conforme a matrícula nº 17,137 do Cartório de Registro de Imóveis de Lagoa Santa; Lote 01 (hum), 02 (dois), 03 (três), da quadra 26 (vinte e seis) do Bairro Vista Alegre no município de Lagoa Santa, com área e confrontações conforme planta registrada e tudo conforme a matrícula nº 17,138 do Cartório de Registro de Imóveis de Lagoa Santa, Lote 03 (três), 04 (quatro), 05 (cinco), 06 (Seis), 07 (sete), 09 (nove), 10 (dez), da quadra 27 (vinte e sete) do Bairro Vista Alegre no município de Lagoa Santa, com área e confrontações conforme planta registrada e tudo conforme a matrícula nº 17,139 do Cartório de Registro de Imóveis de Lagoa Santa; Lote 01 (hum), 02 (dois), 03 (três), 04 (quatro), 05 (cinco), 06 (Seis), 07 (sete), 08 (oito), 09 (nove), 10 (dez), 11 (onze), 12 (doze), 13 (treze), 14 (quatorze), 15 (quinze), 16 (dezesseis), 17 (dezessete) da quadra 28 (vinte e oito) do Bairro Vista Alegre no município de Lagoa Santa, com área e confrontações conforme planta registrada e tudo conforme a matrícula nº 17,140 do Cartório de Registro de Imóveis de Lagoa Santa; Lote



01 (hum), 02 (dois), 03 (três), 04 (quatro), 05 (cinco), 06 (Seis), 07 (sete), 08 (oito), 09 (nove), 10 (dez), 11 (onze), 12 (doze), 13 (treze), 14 (quatorze), 15 (quinze), 16 (dezesesseis), 17 (dezessete), 20 (vinte), 21 (vinte e hum), 22 (vinte e dois), 23 (vinte e três), 26 (vinte e seis), 27 (vinte e sete), 30 (trinta), 31 (trinta e hum), 32 (trinta e dois), 33 (trinta e três) da quadra 29 (vinte e nove) do Bairro Vista Alegre no município de Lagoa Santa, com área e confrontações conforme planta registrada e tudo conforme a matrícula nº 17,141 do Cartório de Registro de Imóveis de Lagoa Santa; Lote 01 (hum), 02 (dois), 03 (três), 04 (quatro), 05 (cinco), 06 (Seis), 07 (sete), 08 (oito), 09 (nove), 13 (treze), 14 (quatorze), 15 (quinze), 16 (dezesesseis), 17 (dezessete), 18 (dezoito), 19 (dezenove), 20 (vinte), 21 (vinte e hum), 22 (vinte e dois), 23 (vinte e três), 24 (vinte e quatro), 25 (vinte e cinco), 26 (vinte e seis), 27 (vinte e sete), 29 (vinte nove), 30 (trinta), 31 (trinta e hum), 32 (trinta e dois), 33 (trinta e três) da quadra 30 (trinta) do Bairro Vista Alegre no município de Lagoa Santa, com área e confrontações conforme planta registrada e tudo conforme a matrícula nº 17,142 do Cartório de Registro de Imóveis de Lagoa Santa; Lote 01 (hum), 02 (dois), 03 (três), 04 (quatro), 05 (cinco), 06 (Seis), 07 (sete), 08 (oito), 09 (nove) da quadra 31 (trinta e hum) do Bairro Vista Alegre no município de Lagoa Santa, com área e confrontações conforme planta registrada e tudo conforme a matrícula nº 17,143 do Cartório de Registro de Imóveis de Lagoa Santa, Lote 02 (dois), 06 (Seis), 07 (sete), 08 (oito), 09 (nove) da quadra 40 (quarenta) do Bairro Vista Alegre no município de Lagoa Santa, com área e confrontações conforme planta registrada e aprovada pelo município de Lagoa Santa, tudo conforme a matrícula nº 16,422 e matrícula nº17.144 do Cartório de Registro de Imóveis de Lagoa Santa.

7. DA DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL

A Requerente junta as declarações DCTF demonstrando que já em 2016 não tinha mais atividade comercial, estando paralisada. (Docs., 31 a Doc 36 DCTFs)

Em razão de a paralização ter ocorrido em 2016 todos os débitos não ajuizados estão prescritos, razão pela qual somente foram listados os débitos ajuizados.

Caso V.Exa. entenda necessário a juntada de mais algum documento contábil a requerente os juntará no prazo de 10 dias, se não for necessário a solicitação de documentos a órgão públicos, situação em que os prazos dependeram de cada órgão público.



8 - DA URGÊNCIA NA DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA

Como acima relatado, a Requerente está herdando uma dívida trabalhista que não é sua e o mais grave, somente em um único processo houve a declaração de existência de grupo econômico.

Os demais processos estão vinculados ao procedimento de reunião de execuções, que não tem previsão legal, mas a Requerente está sendo obrigada a pagar todas as ações mesmo não havendo condenação.

Em um procedimento quase que inquisitório a Justiça do Trabalho penhorou e está pretendendo levar a leilão o único imóvel da Requerente que vale aproximadamente R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), por R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais). (Doc., 38 proposta recebida)

Houve avaliação nos autos que tramita na Justiça do Trabalho, avaliando o imóvel em R\$32.182.000,00, (doc., 39Avaliação), sendo que não foram avaliadas as benfeitorias de infraestrutura, que ultrapassam R\$ 10.000.000,00. Dados esses que podem ser confirmados no laudo de avaliação que não foram avaliadas as benfeitorias de infraestrutura.

Isso provocará uma perda de quase R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) para quitar as dívidas da Requerente. Sem contar que mais de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) de créditos trabalhistas **NÃO TÊM SENTENÇA CONDENATÓRIA EM FACE DA REQUERIDA.**

Portanto, mais de R\$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de reais) serão perdidos no processo trabalhista. O procedimento trabalhista está provocando uma grande perda aos credores da Requerida.

Sendo necessária a urgente decretação da falência da Requerida para que o bem seja vendido de forma justa nestes autos e saldar os créditos em face da Requerida.

9. CONCLUSÃO

Atendendo às disposições contidas na Lei n. 11.101/05, em especial seu art. 105, a Requerente esclarece que:

a) a incapacidade econômico-financeira para saldar as obrigações foi causa determinante do pedido de falência ora formulado, como se infere das demonstrações contábeis para fins de instrução do pedido, nos termos do art. 105, I, da Lei 11.101/05;

b) a empresa encontra-se inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, sob o nº 03.705.186/0001-72; (art. 105, IV da Lei 11.101/05);

c) seus ex-administradores dos últimos 05 anos encontram-se relacionados e qualificados no item 2 (art. 105, VI da Lei 11.101/05);

d) a relação de bens e direitos que compõem o ativo está descrita no item 5 da exordial. (art. 105, III da Lei 11.101/05);

e) segue em anexo relação nominal dos credores da massa, com a devida classificação dos créditos, em atendimento ao que exigem os arts. 83 e 105, II, da Lei 11.101/05;

f) existem ações judiciais em andamento, cujos processos constam da relação anexa;

g) por fim, em atendimento ao que exige o art. 105, V da Lei 11.101/05, a Requerente esclarece que os livros serão entregues diretamente na secretaria;

Considerando a impossibilidade de prosseguimento da atividade empresarial;

Considerando que o pedido de falência se apresenta como a medida mais eficaz na preservação dos interesses dos credores e dos próprios ex-administradores, da empresa e da sociedade em geral.

Estão, assim, delineados os pressupostos legais autorizadores da decretação da falência, em face da previsão legal já apontada - Lei n 11.101/2005, art. 105.

O devedor em crise econômico-financeira que julgue não atender aos requisitos para pleitear sua recuperação judicial deverá requerer ao juízo sua falência, expondo as razões da impossibilidade de prosseguimento da atividade empresarial.



Fica demonstrado que o requerimento da falência é medida que se impõe ao administrador da sociedade, uma vez que ele não é capaz de manter a sociedade e saldar os créditos juntos aos credores.

Conforme determina o artigo 99 da Lei 11.101/05, a falência deve retroagir à data do primeiro protesto.

Art. 99. A sentença que decretar a falência do devedor, dentre outras determinações:

II – fixará o termo legal da falência, sem poder retrotraí-lo por mais de 90 (noventa) dias contados do pedido de falência, do pedido de recuperação judicial ou do 1º (primeiro) protesto por falta de pagamento, excluindo-se, para esta finalidade, os protestos que tenham sido cancelados;

Verificando as certidões de protestos de Lagoa Santa e Belo Horizonte o primeiro protesto em nome da Requerente se deu em 21 de junho de 2016. (Doc., 40 certidões protesto)

Em observância da lei 11.101/05 o termo da falência deve ser fixado em 21 de junho de 2016.

10. DOS PEDIDOS

Diante do exposto requer:

a) O recebimento da presente ação e seu processamento na forma da lei.

b) Seja concedido o benefício da gratuidade de justiça, dispensado o preparo prévio por estar a Requerente em situação de insolvência e não contar com recursos financeiros para suportar as custas prévias.

c) A fixação do Termo Legal da Falência em 21 de junho de 2016, data do primeiro protesto, por força do contido no artigo 99, Inciso II, da Lei nº 11.101/05;

d) A intimação do Ministério Público Estadual, por intervenção obrigatória – art. 127 da Constituição Federal.

e) Após, seja decretada a falência da requerente MOBRAN INDUSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE MÓVEIS LTDA, nos termos da Lei n 11.101/2005.

f) A determinação da suspensão de todas as execuções contra a falida, ressalvadas as hipóteses previstas nos §§ 1º e 2º do artigo 6º da Lei n 11.101/05, bem como a suspensão da fluência dos juros contra a massa falida;

g) A expedição de Ofício à JUCEMG para que conste a expressão “FALIDA”, a data da decretação da falência e a inabilitação de que trata o artigo 102 da Lei de Recuperação de Empresas e Falência;

h) A expedição de ofícios aos órgãos e repartições públicas e outras entidades para que informem a existência de bens e direitos do falido;

i) A comunicação por carta às Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal, para que tome conhecimento da falência;

j) A publicação de edital contendo a íntegra da decisão que decreta a falência e a relação de credores anexada à presente, em atendimento ao disposto no artigo 105 da Lei 11.101/05.

l) Sejam os sócios da empresa falida citados e intimados de todos os atos na Rua José Alves dos Reis, nº90, loja 01, Belo Horizonte CEP 31.741-323, na pessoa de sua procuradora que recebeu poderes para tanto.

Provará o alegado por todos os meios de prova em direito permitidos.

Atribuí à causa, para fins fiscais, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Termos em que, pede e requer deferimento.

Lagoa Santa, 16 de junho de 2021

Ana Cristina de Lana Pinto
OABMG 158.430